

“BOLIVARIANISMO” OU “CHAVISMO”, EIS A QUESTÃO? PROLEGÔMENOS

"BOLIVARIANISM" OR "CHAVISMO," THAT IS THE QUESTION. PROLEGOMENA

Fernando G. Tenório¹

Fernando L. Parra²

RESUMO

Na América Latina contemporânea se você deseja prejudicar alguém, ainda que sem fundamento, o denomina de bolivarionista ou chavista. A ignorância neste tipo de juízo de valor preconcebida faz com que muitas vezes os interlocutores se afastem de um possível ameno diálogo. Apesar disso, os autores do presente texto, mesmo correndo o risco de serem alcunhados por meio de alguma expressão pejorativa, assumem a posição de ser necessário nos estudos organizacionais, refletir sobre proposições e práticas descolonizadoras. Ou seja, não é possível acreditar que conhecimentos nomotécnicos, como é o caso da Administração sejam capazes de atender segundo as suas perspectivas universalistas, as especificidades dos diferentes territórios que compõe o Planeta Terra. É disso, sob a forma de ensaio, que pretendemos tratar neste artigo.

Palavras-chaves: Colonização. Descolonização. Abya Yala. Teoria da possibilidade.

ABSTRACT

Escrever o resumo em parágrafo único, tamanho 10 em itálico, porque está em inglês. Nowadays in Latin America, it is common to observe the terms “Bolivarian” or “Chavista” being used to label a person, even before knowing them or having a foundation attribute these designations. The ignorance noted in this type of value judgment often leads a conversation away from a possible friendly dialogue. Aware of these labels and dynamics, we consider that the field of organizational studies needs to reflect on decolonizing propositions and practices. It is hard to believe that knowledge that can be generalized such as that produced in the field of administration can meet – circumventing its universalistic perspectives – the specificities of the different regions of the globe. Our task in this essay is to discuss these labels, the reflection on decolonizing propositions and practices, and the limits of administration regarding these issues in Latin America.

Keywords: Colonization. Decolonization. Abya Yala. Possibility theory.

¹ Professor colaborador nas seguintes instituições de ensino superior (IES): Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e Professor permanente da Universidade Federal de Tocantins (UFT); Professor visitante nas seguintes IES do Equador: Universidad Andina Simón Bolívar (UASB), Universidad del Azuay (UA) e Escuela Politécnica Nacional (EPN). e-mail: fernandoguilhermet@gmail.com

² Reitor da Universidad Andina Simón Bolívar (Quito), Ecuador. e-mail: ferlopezparra@gmail.com

INTRODUÇÃO

O coetâneo da chamada “grande mídia” e seus intérpretes, assim como intelectuais e/ou acadêmicos afinados com o consumo de um pensamento dominante, e o valor de troca sobre o valor de uso, no seu afã ideológico de eliminar outras possibilidades de consciência social, taxam de modo pejorativo todos que, de alguma forma, procuram se deslocar do caminho projetado pelo pensamento único. Por essa razão, há uso e abuso de expressões de viés depreciativo, como “bolivariano” ou “chavista”,³ dirigidas a quem procura, por outros sendeiros, entender e discutir a realidade socioeconômica. Assim, o uso de expressões insultuosas, depreciativas, é a maneira daqueles que devaneiam conhecer a realidade, e, por consequência, o conhecimento a ser transmitido, propagado, na pretendida “escola sem partido”. E o fazem como se os postulados do conhecimento fossem neutros, isentos de valores como não o é a pretensão de uma escola sem partido. A maneira de eliminar e constranger outras possibilidades de saberes é desqualificando, depreciando e até impedindo aqueles cuja interpretação da realidade não se coaduna com a ideologia dominante do pensamento único. A depreciação do outro não se restringe às discussões de conteúdo político e/ou econômico, mas se espraia pela sociedade por meio da chamada grande mídia, atingindo, em termos censores, o fazer acadêmico.

11

Correndo o risco (ou talvez com a certeza) de censura, pretendemos no presente texto nos aproximar de um tema que vem por quase cinquenta anos circulando na América Latina (AL): a tentativa de descolonizar e/ou ajustar os parâmetros do preponderante saber eurocêntrico às distintas realidades do nosso continente. De início já sabemos dessa dificuldade, uma vez que o ensino e a pesquisa praticados na AL, historicamente desde 1492, têm origem nas interpretações dos colonizadores da época e nos colonizados de agora. Já a dificuldade citada se origina também nos referenciais críticos que nos estimulam a fazer juízo do colonialismo epistêmico. Ou seja, é uma tentativa de sermos autóctones – com o perdão à

³ De imediato devemos anunciar que consideramos que estes personagens, Simón Bolívar (1783-1830) e Hugo Chávez (1954-2013) cumpriram, em suas épocas, relevantes papéis na história da América Latina. O significado depreciativo originado de seus nomes surgiu daqueles que desconhecem a História e/ou desejam interpretá-la a seu modo.

metáfora —, como os animais que mordem a própria cauda querendo se livrar das pulgas e carrapatos. Apesar disso, acreditamos ser possível atuar a contrapelo dado que a autenticidade do pensamento não pode ser creditada a exclusividades geográficas, pois o ato de pensar de maneira reflexiva pode ser um amálgama de saberes adventício. O que devemos evitar é a perene reprodução a-histórica do saber estrangeiro, que sempre tem origem naquilo que é denominado de “central”, “desenvolvido”, “norte” e/ou “primeiro mundo”, contrapondo-se, depreciativamente, ao “periférico”, “subdesenvolvido”, “sul” e “segundo” e/ou “terceiro mundo”.

Aqui a tentativa não é expor propostas descolonizadoras ou adquirir independência epistemológica de saberes, mas resistir a um pensamento único que tem, por meio do desprezo, descaso, desrespeito, desvalorização, escárnio e indiferença em relação aos que não rezam pela “mesma cartilha”, padrão de comportamento acadêmico parametrizado e subordinado a comunidades linguísticas “centrais”, de “primeiro mundo” e colonizador.

Apesar de ser um texto aparentemente desvinculado do pensamento organizacional, partimos do pressuposto que tal pensamento, ou as teorias que o compõem, é capaz de prever e até explicar o valor de troca, aquilo que faz parte da natureza do mercado e de seus agentes econômicos, mas não é capaz de prever e/ou explicar ações que atendam à sociedade, ao bem comum, justificando-se que o pensamento organizacional é efetivamente parte das ciências sociais. Assim, recorreremos a conhecimentos voltados a entender e explicar fenômenos sociais e não exclusivamente fenômenos organizacionais.

O intuito deste artigo foi recorrer a pensamentos que observem criticamente os fenômenos sociais esperando, ao mesmo tempo, que sirvam de subsídios para entender os fenômenos organizacionais.⁴

⁴ Thomas Piketty em entrevista a *New Left Review* (NLR), quando, do lançamento do seu livro *Le capital au XXI^e siècle* (Editions du Seuil, 2014), lhe é perguntado sobre a sua relação como economista com as demais ciências sociais, responde Piketty: “Eu me considero tanto um cientista social como um economista. Quando estás estudando questões como a distribuição da renda, as fronteiras são fluidas e os enfoques, necessariamente, são combinados. Depois de terminar o meu doutorado na École Normale Supérieure passei os primeiros anos da década de 1990 nos Estados Unidos, dando aulas no MIT e em outros lugares, me surpreendi pela autossatisfação dos economistas nas universidades estadunidenses. Estavam convencidos de que seus métodos eram muito mais

Desse modo, estruturamos o seu conteúdo da seguinte forma: além desta **1. Introdução**; abordaremos a **2. Descolonização**, objetivando descrever o entendimento obtido sobre a busca de independência cultural e epistêmica; e fecharemos com **3. Considerações finais**; apresentando em seguida as **4. Referências bibliográficas** que apoiaram esta perspectiva ensaística.

São necessárias duas observações iniciais: dada a dimensão do texto, sob a forma de artigo que pretende iniciar uma discussão pouco comum no âmbito do pensamento organizacional, não teremos espaço suficiente para abarcar todo o necessário descortinamento sobre o tema⁵. Por sua vez, a inquirição aqui desejada não pretende ser de cunho antropológico, histórico ou teórico-social. Estes conhecimentos fornecem os elementos básicos, mas não são imperiosos. O interesse é caracterizar, descaracterizando, o sentimento de desaprovação ao qual são submetidos todos que buscam fundamentos epistemológicos e/ou práticos além do dominante. Para tanto, é preciso que comecemos com o significado de descolonização.

2. DESCOLONIZAÇÃO

[1] O movimento sobre a descolonização, isto é, a tentativa de independência cultural, não é um processo de radicalização pós-colonial,⁶ uma vez que a colonização, no caso da AL e

científicos que os de seus colegas das assim chamadas ciências ‘suaves’, como a sociologia, a história e a antropologia. Porém a sua ciência tinha amiúde um caráter muito ideológico” (PIKETTY, 2014, p. 114). Na continuação os entrevistadores da *NLR* comentam que em “*vários momentos recorres à literatura para refletir sobre a cambiante natureza da desigualdade*” [itálicos no original] (PIKETTY, 2014, p. 115). Ou seja, o “olhar” sobre os fenômenos sociais, como o são os fenômenos organizacionais, não é privilégio de nenhuma área específica do conhecimento humano.

⁵ Sob esta ótica, dois textos que consideramos seminais no estudo do pensamento organizacional: “A hegemonia americana em estudos organizacionais” de Sylvia Constant Vergara (2001) e “Pós-colonialismo” de Rafael Alcadipani e Alexandre Reis Rosa.

⁶ “Os estudos pós-coloniais surgiram (...), principalmente dentro dos departamentos acadêmicos de literatura. (...) À medida que o pós-colonial começava a fundir-se em torno a uma série de temas relacionados, seus contornos adquiriam coerência: ampliar os programas universitários para incluir fontes não ocidentais, descobrir e promover atos históricos de resistência nativa e colocar em dúvida os subterfúgios da história imperial, forjando um novo vocabulário para lutar contra o euro-centrismo” (BRENNAN, 2014, p. 75). A continuar Timothy Brennan comenta que a teoria pós-colonial radicaliza ao dizer “que todos os estudiosos ocidentais anteriores a ela deveriam considerar-se nada menos que ‘uma borrasca’ (...) marcada pela vergonhosa falta de atenção a emergência do Terceiro Mundo e as suas formas de não ser ocidentais” (BRENNAN, 2014, p. 82). E, também, de acordo com o

do Caribe, não termina com a independência, entre os séculos XVIII e XIX, dos diferentes territórios geograficamente delimitados neste continente. O viés colonizador permanece, por outros meios e conteúdos, apesar de as línguas oficiais predominantes no continente serem o castelhano e o português. Por que a permanência do fenômeno colonizador? Por que, após a Segunda Grande Guerra, o processo colonizador deixou a sua origem ibérica para ser euro-anglo-saxã cujo acatamento de novas proposituras colonizadoras ocorre acentuadamente submetido ao valor de troca em detrimento do valor de uso.⁷

Esse acatamento foi impulsionado por um pensamento organizacional e econômico predominantemente anglo-americano. Não esquecendo que, entre o encobrimento⁸ e a dominância anglo-americana, outras culturas desejaram influenciar o Abya Yala,⁹ como a

filósofo argentino Enrique Dussel, que propõe que o movimento da descolonialidade, pós-colonialidade ou giro colonizador inicia com três fatos que acontecem só na América Latina, e estes são: o denominado boom da literatura, o desenvolvimento da Teoria da Dependência e o início da Teologia da Libertação (CASTRO-GÓMEZ E GROSGOUEL, 2007, p. 19).

⁷ *Valor de uso* “[c]omo a MERCADORIA é um produto que é trocado, aparece como unidade de dois aspectos diferentes: sua utilidade para o usuário, que é o que lhe permite ser objeto de uma TROCA; e seu poder de obter certas quantidades de outras mercadorias nessa troca. Ao primeiro aspecto, os economistas políticos clássicos chamavam de *valor de uso*; ao segundo valor de troca” (BOTTOMORE, 1988, p. 401). No que tange ao presente texto “[o] valor de uso desempenha um papel crítico na análise que Marx faz das contradições oriundas do aparecimento da FORÇA DE TRABALHO como mercadoria. O valor de uso da força de trabalho é a sua capacidade de produzir valor novo ao ser transformado em trabalho aplicado à produção. Assim, o valor de uso da força de trabalho vem do desenvolvimento das relações de produção e troca de mercadorias, de valor e de dinheiro. A contradição entre valor de uso e valor de troca, inerente à forma mercadoria, quando se expressa na força de trabalho enquanto mercadoria, é a origem da mais importante contradição social da produção capitalista: a divisão de classes entre operários [trabalhadores] e capitalistas [patrões]” (BOTTOMORE, 1988, p. 402). David Harvey, no seu livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, descreve como a primeira grande contradição do capitalismo o valor de uso e de troca (HARVEY, 2016, pp. 27-34).

⁸ “A Europa tornou as outras culturas, mundo, pessoas em ob-jeto: lançado (-jacere) diante (ob-) de seus olhos. O ‘coberto’ foi ‘des-coberto’: *ego cogito cogitatum*, europeizado, mas imediatamente ‘en-coberto’ como outro” (DUSSEL, 1993, p. 36).

⁹ A expressão *Abya Yala* é uma tentativa de institucionalizar o nome de um continente que foi denominado América Latina, assim como América Lusó-Hispânica, Hispano-América, Ibero-América pelos colonizadores iberos. Segundo Josef Estermann, a expressão América Latina é duplamente eurocêntrica e colonial na medida em que dá a impressão de que a identidade do continente é latino-romana em função de o castelhano e o português serem de origem românica, e América graças ao navegante Américo Vespúcio. Por sua vez *Abya Yala* tem origem no povo Kuna, que habita o Panamá. *Abya Yala* significa *terra em plena maturidade* ou *terra fértil*. “Desde 1992, quinto centenário da Conquista, os indígenas preferem usar [a expressão *Abya Yala*], que foi sugerido pelo aimará boliviano, Takir Mamani (Constantino Lima) já em 1977, depois de sua visita aos Kunas no Panamá” (ESTERMANN, 2015, p. 16). Devemos acrescentar o que nos diz Enrique Dussel quanto ao fato de que a massa continental denominada América Latina possuía diferentes nomes, antes da chegada dos colonizadores ibéricos, “segundo os povos que a habitavam: o *Cemanáhuac* dos astecas, o *Abya Yala* dos kunas do Panamá, o

francesa. Até que surja outra potestade, mantém-se a cultura da colonização tardia ao ponto de algumas instituições de ensino utilizarem, para sua funcionalidade, a língua dessa nova colonização¹⁰ – que também é epistêmica, como diz o sociólogo peruano Aníbal Quijano, que propõe uma concepção da diferenciação colonial e epistêmica, onde a colonialidade se transfere do âmbito do poder para o campo do saber, construindo a colonialidade do conhecimento, que age de forma a manter a hegemonia eurocêntrica como perspectiva superior do conhecimento (QUIJANO, 2005).

Não queremos com isso descaracterizar ou menoscar o conhecimento de línguas estrangeiras, pelo contrário, elas têm a sua função na promoção e ampliação do conhecimento, porém, não podem ser hegemônicas sobre outras culturas. A propósito, vale a pena transcrever por meio de nota de rodapé, o que diz Vladimir Safatle no artigo *O que resta da universidade?* quando comenta o sistema de avaliação das universidades brasileiras.¹¹

Tahuantisuyo dos incas... diversos nomes autóctones para um continente já humanizado em sua totalidade quando Colombo chegou” (DUSSEL, 1993, p. 99). Apesar dessas denominações vale a pena atentar para a pergunta formulada por Darcy Ribeiro: Existe uma América Latina? Mesmo sendo longa a sua transcrição, vale a pena pensar a sua resposta: “Não há dúvida que sim. Mas é sempre bom aprofundar o significado dessa existência. No plano geográfico é notória a unidade da América Latina como fruto de sua continuidade continental. A essa base física, porém, não corresponde uma estrutura sociopolítica unificada (...). Cada uma delas [“nacionalidades singulares”], se relaciona diretamente [com as metrópoles]. Ainda hoje, nós, latino-americanos, vivemos como se fôssemos um arquipélago de ilhas que se comunicam por mar e por ar e que, com frequência, voltam-se para os grandes centros econômicos mundiais, do que para dentro” (Ribeiro, 2015, p. 163). Estaríamos ainda de costas uns para os outros?

¹⁰ Timothy Brennan comenta que o colonialismo mantém-se não só por meio militar ou econômico, mas, também, pelo “domínio ocidental das notícias mundiais, do entretenimento e das tendências na educação superior adicionada a uma diáspora massiva de legiões semipermanentes de turistas, expatriados em busca de diversão, missionários, mercenários, teóricos acadêmicos, especuladores imobiliários e diplomatas ocidentais” (BRENNAN, 2014, p. 74). Reginaldo Nasser, em entrevista a Aray Nabuco no número *Especial Caros Amigos – Superimperialismo, guerras urbanas, crises ambientais e domínio*, comenta: “Essa ideia de colonização, descolonização, se a gente fizer um teste na rua, na universidade, a palavra e a imagem de colonização vai dizer que é século XIX. (...) Se você fizer um teste ninguém acerta, porque criou-se a percepção, propositada, que é um mundo que ficou pra trás etc. Então, eu recuperaria hoje essa questão da colonização, das várias formas de colonização que tem uma continuidade que vem de antes, século XVIII, XIX, passa pela Guerra Fria e continua” (NASSER, 2016, p. 23).

¹¹ “a submissão a tais sistemas opacos de avaliação levou as universidades a se transformarem, no melhor dos casos, em ‘em guetos de luxo’: um misto de agências de viagem para colóquios internacionais e consumo de produtos culturais globais com espaço para a produção especializada de um saber cujos resultados, muitas vezes, não são sequer publicados na língua local de seus países, já que a transformação do inglês em língua franca implica retornar a uma situação medieval na qual a classe intelectual não pode mais ser lida pela população nacional da

A seguir, procuraremos explicitar melhor os conceitos de colonização e descolonização.

Colonização: “substantivo feminino, ato ou efeito de colonizar. Colonizar verbo “transitivo direto: **1** criar colônia(s) ou transformar em colônia (...); **2** (...) **3** Derivação: sentido figurado. Alastrar-se por, propagar-se; invadir (...)”.

Descolonização: “substantivo feminino: **1** ato, processo ou efeito de descolonizar, retirando a característica de colônia a; **2** aquisição gradual de independência política, econômica e cultural por parte de antigas colônias” (Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa).

Portanto, colonizar e descolonizar são palavras antípodas. A característica da primeira, colonizar, é submeter o outro; e da segunda, descolonizar, é desvencilhar-se da submissão. A especificidade do que tencionamos abordar é verificar até que ponto o pensamento crítico do adjetivo latino-americano, qualificação de quem nasceu abaixo do Rio Grande, é capaz de promover uma discussão no âmbito da epistemologia dominante levando em consideração outros postulados epistêmicos que nos aproximem de realidades organizacionais coerentes com valores culturais cujas originalidades foram esquecidas. Ou seja, o processo aqui desejado é o de aproximação, acercamento, abeiramento aos éthos¹² originário, na medida em que a acrítica ideia dominante desconhece, ou propositalmente ignora, outras possibilidades gerenciais que não aquelas exclusivamente orientadas ao mercado, ideias ou racionalidades produzidas por meio de monopólios industriais e/ou financeiros dos atuais tempos da denominada globalização,¹³ ou, ainda, aqueles que desejam orientar a gestão da *res pública* como se *res privada* fosse: de atenção ao cliente, e não ao cidadão.

Discutir o significado de descolonização e seu potencial de entendimento do nosso crescente processo de aculturação não é exercer um fundamentalismo autóctone, tampouco

qual ela faz parte, um pouco como na Idade Média e seus pensadores que escreviam em Latim” (SAFATLE, 2017: 54).

¹² Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região. Dicionário Google. Acesso em: 28 set. 2017.

¹³ “Comumente se diz que o principal fenômeno da época atual é a globalização, compreendida de acordo com as dimensões econômica, política e culturais, e os efeitos sociais que provoca. O fenômeno não é simplesmente a interdependência entre nações ou a multiplicidade de contato entre elas, mas sim a constituição de um espaço global unificado que implica relações assimétricas entre os seus componentes. A globalização não significa necessariamente a homogeneização de culturas, porém, obriga a sua redefinição” (GARRETÓN, 2004, p. 39).

significa retorno ao passado ou nostalgia de práticas organizacionais pré-coloniais, como foram as experiências das civilizações e povos andinos e/ou guarani na AL. Embora tais experiências nos tenham a ensinar quando desejamos discutir temas como gestão participativa ou economia solidária, para citar apenas duas possibilidades, e numa lógica que privilegia o valor de uso. A ocidentalização da cultura e, por via de consequência, do gerenciamento fundamentado no valor de troca é um fenômeno global, notadamente com o predomínio da transnacionalização industrial, mercantil e de serviços fomentada cada vez mais pelo avanço da tecnologia de informação e comunicação (TIC). Portanto, discutir descolonização desde a periferia¹⁴ é apontar as contradições que o gerenciamento fundamentado exclusivamente no valor de troca tem em relação ao ser social, uma vez que a colonização o transforma em um ser inorgânico. Isto é, transforma o trabalhador¹⁵ em um ser inanimado, ora denominando-o recurso humano,¹⁶ ora capital humano,¹⁷ simples mercadoria na lógica do capital dominante. Dessa forma

¹⁴ “A América Latina foi a primeira colônia da Europa moderna – sem metáforas, já que historicamente foi a primeira ‘periferia’ antes da África ou Ásia. A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo ‘europeu’ de ‘modernização’, de civilização, de ‘subsumir’ (ou alienar) o Outro como ‘si-mesmo’; mas agora não mais como objeto de uma práxis guerreira, de violência pura – como no caso de Cortês contra os exércitos astecas, ou de Pizarro contra os incas –, e sim de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, do domínio dos corpos pela machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política etc., dominação do outro. É o começo da domesticação (...)” (DUSSEL, 1993, p. 50).

¹⁵ Trabalhador, neste texto, significa toda pessoa que trabalha e é paga com um salário. Embora nem sempre todo assalariado se considere um trabalhador, uma vez que se cristalizou a ideia de que trabalhador é somente aquele que atua no “chão de fábrica”, peão, ou que trabalha no nível operacional das organizações.

¹⁶ Acrescentar o adjetivo humano a recursos é um mero qualificativo ilusionista para suavizar a desumanidade do substantivo, uma vez que o trabalhador disputa a sua sobrevivência no denominado mercado de trabalho como se mercadoria fosse. “O trabalhador dispõe e vende essa mercadoria para o capitalista em um mercado de trabalho supostamente ‘livre’. (...) Mas o capital entendeu que poderia criar a base para sua própria reprodução (...) pelo uso sistemático e contínuo da força de trabalho para produzir um mais-valor sobre aquilo que o trabalhador precisava para sobreviver com dado padrão de vida. Esse excedente está na raiz do lucro monetário. (...) Então de onde vem o valor extra que garante o lucro, se em princípio o sistema de mercado depende da igualdade de trocas? É preciso que haja uma mercadoria capaz de criar mais valor do que ela mesma tem. Essa mercadoria é a força de trabalho, e é dela que o capital depende para se reproduzir. (...) A consequência é que o trabalho social – trabalho que fazemos para os outros – é transformado em trabalho social *alienado* [itálico do autor]. Trabalho e mão de obra são organizados exclusivamente em torno da produção de valores de troca de mercadorias que geram o retorno monetário sobre o qual o capital constrói seus poderes sociais de dominação de classe” (Harvey, 2016, pp. 67-68).

¹⁷ “A segunda ilusão é a teoria do ‘capital humano’. Está baseada na ideia de que com o desenvolvimento tecnológico a capacitação humana teria mais importância que as instalações industriais, os edifícios, a maquinaria etc.; haveria mais necessidade de conhecimento técnico do indivíduo e cada vez menos necessidade de capital não humano, propriedades, ativos materiais e financeiros. De acordo com esta hipótese, os acionistas seriam

desqualificando um substantivo que já é adjetivo, pois aquele que labora, diferentemente do rentista, cria valores por meio da sua força de trabalho.¹⁸ Essas adjetivações muitas vezes transformam em indecente o trabalhador, que deveria ser qualificado como decente.¹⁹

Desde os anos 1970, a força de trabalho vem perdendo importância como movimento tanto no que diz respeito à organização sindical como à militância. O advento do mercado financeiro e da globalização do processo produtivo, através da TIC, contribui ainda mais para a desmobilização do trabalho como movimento reivindicatório de sua manutenção e reprodução. O período fordista, apesar das contradições, colaborou para que o trabalhador se sentisse partícipe do desenvolvimento social. Naquele período, que, em linhas gerais, podemos demarcar entre o início do século XX e os anos 1970, o processo produtivo era verticalmente integrado e de produção em massa. Com o advento da tecnologia de base microeletrônica e da TIC, surge, no início dos anos 1970, o processo de flexibilização organizacional, que alguns

substituídos por gerentes. A realidade é que isto não aconteceu. Se houve progresso no conhecimento humano, o mesmo aconteceu com o capital não humano. E a relação entre os dois não mudou demasiadamente. Seria possível conceber uma economia robótica no século XXI na qual diminuiria a participação do capital humano na renda nacional” (PIKETTY, 2014, p. 117).

¹⁸ A segunda grande contradição do capital apontada por David Harvey está exposta no capítulo 2 do livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, na medida em que o valor “é uma relação social estabelecida entre as atividades de trabalho de milhões de pessoas em todo o mundo. Como relação social, é imaterial e indivisível (como a relação entre mim, o escritor, e você, o leitor deste texto). (...) Por ser imaterial e invisível, o valor requer uma representação material. Essa representação material é o dinheiro. O dinheiro é uma forma de aparência tangível, bem como um símbolo e uma representação da imaterialidade do valor social. (...) Em outras palavras, o valor não poderia se formar sem a ajuda da representação material (dinheiro) e das práticas sociais de troca. A relação entre dinheiro e valor é dialética e coevolutiva – os dois surgem juntos –, e não é casual” (HARVEY, 2016, p. 36-37).

¹⁹ “A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento adotada em 1998: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social” (OIT, 1999).

denominam pós-fordismo,²⁰ promovendo a desintegração vertical, pois muitas atividades passam a ser terceirizadas (por meio de empresas especializadas e/ou trabalho temporário) dando ensejo ao processo de flexibilização do trabalho. Essa flexibilização promove a desregulamentação da legislação que favorecia o trabalhador e a desmobilização da força de trabalho, uma vez que esta é levada a competir, intensivamente, no tal mercado de trabalho.²¹ Apesar disso, a globalização produtiva de bens e serviços, como a financeira em particular, continua transpassando fronteiras com o advento da Indústria 4.0, da 4ª Revolução Industrial, ou digital, no início do século XXI, à medida que intensifica o uso de softwares, hardwares, robotização e autoprogramação, circulando pelos “condutos” da internet.²² Porém, novas

²⁰ Preferimos neo-fordismo a pós-fordismo, uma vez que ao fordismo foram acrescentadas novas tecnologias de produção, ocorrendo, muitas vezes, que a linha de produção, antes gerenciada dentro de determinado espaço fabril/organizacional, hoje é transnacional. A diferenciação na produção de produtos e/ou serviços “caminha” numa “esteira” de produção, na qual partes do produto e/ou serviço ocorrem em distintas empresas ao longo do processo produtivo. O trabalho continua especializado e em tempo determinado segundo os postulados tayloristas e processado ao longo da esteira fordista, através de diferentes sistemas organizacionais.

²¹ Transformando os trabalhadores em novos empresários, em empreendedores, lógica imposta pela “cosmovisão” neoliberal. E desejando “qualifica-los” como não assalariados, como aqueles que vendem a sua força de trabalho para subsistir, os tem denominado “colaboradores” e “parceiros”. Acrescente-se a isso a estratégia gerencial denominada por Giovanni Alves de captura da subjetividade: “Uma das dimensões cruciais do complexo de reestruturação produtiva que se desenvolve sob o novo regime de acumulação flexível é a constituição de estratégias gerenciais voltadas para a ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo. O núcleo ideológico do novo regime de acumulação flexível é o toyotismo, posto como a ideologia orgânica do novo complexo de reestruturação produtiva que surge com a mundialização do capital. O nexo essencial do toyotismo é a ‘captura’ da subjetividade, traço significativo das ideologias gerenciais dos últimos trinta anos. A disputa pela subjetividade ocorre no interior de um processo de disseminação de uma plethora de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que constituem o que denominamos ‘inovações sócio-simbólicas’ que perpassam não apenas o espaço de produção, mas o espaço de reprodução social (...) compondo a nova base sócio-metabólica do que Georg Lukács denominou de ‘capitalismo manipulatório’” (Alves, 2009, p. 181). E, não esqueçamos, com o advento no início dos anos 70 a esta data do neoliberalismo e suas exigências de flexibilização da legislação do trabalho, vide a terceirização, a também transformação do trabalhador em pessoa jurídica, faz com que a vida do trabalhador fica cada vez mais incerta instabilizando, assim, a sua existência laboral, fenômeno que tem sido definido como precariado que pode “ser descrito como um neologismo que combina o adjetivo ‘precário’ e o substantivo relacionado ‘proletariado’. (...) Podemos afirmar que o precariado é uma *classe-em-formação*, se não ainda um *classe-para-si*, no sentido marxista do termo” (STANDING, 2013, p. 23). Recomendamos a leitura do livro de Ricardo Antunes *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

²² Uma das grandes contradições descritas por David Harvey é “entre o aumento inacreditável nas forças produtivas (amplamente entendidas como capacidade e potencialidades tecnológicas) e a incapacidade do capital de utilizar essa produtividade para o bem-estar comum, em razão do seu comprometimento com as relações de classe vigentes e seus mecanismos associados de reprodução, dominação e controle de classe” (HARVEY, 2016, p. 93). Harvey em seguida amplia a sua análise dizendo que, ao “considerar a trajetória das mudanças tecnológicas, é fundamental nos lembrarmos de que o *software* e as formas organizacionais são tão importantes quanto o *hardware*. As formas organizacionais como as estruturas de controle da empresa moderna, o sistema de crédito, os sistemas de entrega,

“barreiras” e “fronteiras” são erguidas, dificultando a migração ou imigração do trabalhador. Acrescentemos a isso a multidimensional crise pela qual passamos: ambiental, econômica, financeira, política, cultural e social.

[2] Aqueles que ainda leem este texto devem estar se perguntando: o que tem a ver todo o escrito precedente com os estudos organizacionais ou da Administração? Não tenhamos dúvida de que discussões sobre fordismo, flexibilização (pós-fordismo), gestão aberta²³ etc. fazem parte do conhecimento reproduzido nas instituições de ensino, de que em alguns casos o pensamento crítico de origem eurocêntrica põe em causa o pensamento organizacional dominante. Porém, e de modo categórico, o pensamento crítico interpretado por pensadores do Abya Yala, com as exceções de praxe, não tem sido incorporado as nossas bases epistemológicas, porque tais pensamentos são considerados periféricos, subalternos, ao pensamento central. Razão pela qual o título do presente texto é “Bolivarianismo” ou “chavismo”, eis a questão? Prolegômenos”. Na realidade, repitamos, este título é uma introdução provocadora, uma vez que são tachados com esses *ismos*²⁴ todos aqueles que procuram entender e explicar o nosso mundo “periférico” a partir

além do *software* incorporado na robótica, na administração de dados, na inteligência artificial e nas transações bancárias eletrônicas, são tão cruciais para a lucratividade quanto o *hardware* representado pelas máquinas” (HARVEY, 2016, p. 94).

²³ *Gestão aberta* contraria o que antes era feito em termos do desenvolvimento científico-tecnológico. No processo anterior tal desenvolvimento ocorria internamente naquelas empresas estruturadas para a inovação e desenvolvimento tecnológico. Com o advento da TIC, a inovação não mais ocorre dentro dos sistemas organizacionais, cada um procura inovar desde o desenvolvimento externo. Ou seja, buscam fora do seu ambiente interno conceitos inovadores, muitas vezes produzidos em organizações menores ou em *startups*, que poderão “agregar valor” à tecnologia já existente. Não devemos esquecer que este é um processo, uma gestão aberta, sob o qual trabalhadores especializados na produção de *softwares*, por exemplo, buscando oportunidades com a esperança de melhor remuneração e formalização de seu conhecimento, muitas vezes trabalham gratuitamente, uma vez que nesse tipo de gestão o demandante procura interpretar a contribuição como *software livre*.

²⁴ Não devemos esquecer que desde idos até o presente, todos aqueles que têm preocupação com melhor distribuição de renda e justiça social, por exemplo, são tachados de partidários de outro *ismo*: comunismo. Portanto, o intuito de tornar pejorativas tais expressões é para a manutenção do *status quo* das oligarquias e daqueles que intelectualmente lhe dão suporte.

de uma cosmovisão que não aquela originariamente eurocêntrica,²⁵ ocidental.²⁶ Ou que procuram interagir, aproximar – por que não avizinham-se –²⁷, de visões de mundo sem subordinação colonial pós-encobrimento.²⁸ Provocamos porque, no campo dos estudos organizacionais, não tem sido comum este tipo de aproximação.

Por que discutir o fenômeno da colonização e sua antípoda descolonização por meio de conhecimentos originados nas ciências sociais e/ou humanas e não no pensamento organizacional ou de uma ciência social aplicada, como é o caso da Administração? Como anteriormente observamos, a “formatação” do pensamento organizacional, originado em teorias noturnas e diurnas, reproduzido por nossas instituições de ensino dedicadas à Administração e à Engenharia de Produção, é, predominantemente, inspirada no dito primeiro mundo. Portanto, são teorias voltadas exclusivamente para tornar eficiente e produtivo o valor de troca, não considerando possibilidades que amenizem e/ou eliminem as contradições provocadas por

²⁵ “Existiria assim, uma vocação eurocêntrica por fazermos uma leitura de nós mesmos no espelho de uma Europa plena e, a partir disto, concluir que o nosso, o mais característico, o específico da América Latina, é seu déficit, sua insuficiência, sua incompletude. A realidade latino-americana estaria maldita porque foi parte do colonialismo colonial e porque, ademais, haveria em nós, latino-americanos, uma frustração de não ser europeus, de não haver sido europeus, [de não ser norte-americanos], de não haver compartilhado suas virtudes, suas grandezas, de ficar fora da história, de ser – neste sentido, marginais. (...) América Latina seria pensada, então, como um apêndice daquele corpo central que são, basicamente, Europa e Estados Unidos. A maldição recorrerá e definirá nossa condição de subalternos, configurando a modernidade latino-americana como uma modernidade sempre incompleta” (SVAMPA, 2016, p. 16).

²⁶ “O fato de que a palavra-chave foi e ainda seja ‘ocidentalização’ ou ‘ocidentalismo’ se deve aos legados do discurso imperial (...), para o qual as possessões ultramarinas de Castilla e Portugal se categorizavam como ‘Índias Ocidentais’ e não, claro está, como ‘América’, concebida por letrados ao norte dos Pirineus que ainda não tinham influencia alguma nos projetos imperiais de Castilla” (MIGNOLO, 1998, p. 29).

²⁷ Apesar de reconhecermos a origem colonizadora ibérica, utilizamos o transitivo direto *avizinhar* com o objetivo de uma maior aproximação com os nossos vizinhos do continente, iberos-castelhano, que estão próximos a nós ibero-portugueses. Com exceções, alguns historiadores e pensadores sociais muitas vezes desenvolvem suas obras como se a nossa formal ascendência colonizadora não tivesse origem na denominada Península Ibérica. Como é dito na gíria comum na América Latina: estamos sempre de costas uns para os outros.

²⁸ “Ocidente garante e modela a formação das elites internacionais através de suas universidades, escolas de negócios, instituições financeiras, institutos de formação de funcionários públicos, organizações comerciais, fundações filantrópicas e grandes corporações. Nenhum império governa exclusivamente mediante a força. Necessita apoiar-se sobre círculos governantes nativos, e essa incubadora centrífuga produz uma classe global de gestores que incorporam sua linguagem, suas referências e revulsivos, seus modelos organizativos (império da lei e “boa governança”) e suas normas econômicas (Consenso de Washington [e que tais]). Este modelamento de quadros gerenciais, de uma classe média já globalizada, é o que transforma a dominação em hegemonia, a dependência em aceitação” (DEBRAY, 2013, p. 36).

este valor, que privilegia a redução de custos em detrimento dos benefícios que poderiam originar um processo produtivo e de prestações de serviços coerentes com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores, assim como com menos danos à natureza e à sociedade em sua totalidade. Desse modo, para discutir os fenômenos organizacionais e/ou práticas gerenciais deveríamos, em primeiro lugar, submeter tais fenômenos e/ou práticas ao conhecimento dedicado à sociedade, e não exclusivamente ao mercado. Repetindo, o pensamento organizacional tem potencial, possivelmente, para discutir e promover racionalidades que atendam demandas do mercado, mas não da sociedade.²⁹

O filósofo equatoriano Bolívar Echeverría, considerado o estudioso que mais aportou na teorização do Valor de Uso, partindo de uma leitura diferente de Marx, coloca, assim, elementos adicionais para a compreensão da modernidade:

[...] sabemos também que a forma capitalista de reprodução social é uma forma que só se mantém sempre que se reconfigure sistematicamente outras formas civilizatórias muito mais antigas que ela mesma – formas estas que um processo realmente revolucionário teria também que anular – e em que as possibilidades de uma existência emancipada encontram-se desde princípio negadas (ECHEVERRÍA, 1998, p. 75).

22

Dessa perspectiva, a justiça, a emancipação, o desenvolvimento e a igualdade serão apenas categorias que, para o pensamento descolonizador, se acumulam no discurso da utopia de domínio da exploração constante ao indivíduo e ao trabalhador.

Neste marco a ideia não é subordinar o pensamento organizacional e as teorias que o compõem à exclusividade de outros paradigmas do conhecimento, mas interagir com este pensamento, que transmitimos nas instituições de ensino e praticamos nos sistemas organizacionais de forma acrítica, com outro horizonte intelectual crítico próximo a nossa realidade histórica não ocidental.³⁰ Ou seja, respeitar a nossa singularidade histórica e de

²⁹ “O objetivo das instituições do mercado não é produzir a justiça social ou reforçar valores democráticos; o sistema de preços não conhece limites nem moralidades. [...] A competição por si mesma não garantirá a harmonia social e democrática” (PIKETTY, 2014, p. 114).

³⁰ “A reorganização da produção do conhecimento, desde uma perspectiva pós-ocidental, teria que ser formulada sob uma epistemologia fronteiriça na qual a reflexão (filosófica, literária, ensaística), incorporada a histórias locais, encontra seu lugar no conhecimento desincorporado dos desenhos globais em ciências sociais” (MIGNOLO, 1998, p. 44)

pensamento (latino-americana) e não subordinar-se à globalizante ordem dominante.³¹ Porém, isso não é contrapor o pensamento dominante a qualquer saber, mas procurar aquele(s) saber(es) que seja(m) capaz(es) de atuar a contrapelo, isto é, resistir ao pensamento eurocêntrico ou ocidental. O caminho seria desenvolver uma atitude pós-colonial, buscar fontes conceituais e/ou práticas, epistemológicas, administrativo-gerenciais, na história dos povos originais³² que tenham dado conta do saber orientado à comunidade.³³ Exemplo disso são os *ayllus*³⁴ e *mink'as*,³⁵ que, praticados pelos originários povos andinos, fomentaram o surgimento de

³¹ “Um dos grandes problemas da teoria social latino-americana é o déficit de acumulação (...) a recorrente desvalorização e esquecimento do que temos produzido e elaborado nestas latitudes, isto é, ao desdém pelos aportes conceituais, debates de ideias e núcleos temáticos que tem percorrido a reflexão teórica e social na América Latina” (SVAMPA, 2016, p. 13). Ou como na fala de Alcira Argumedo citada em Maristella Svampa, as “ciências sociais latino-americanas, e especialmente aquelas correntes ou perspectivas ligadas ao pensamento popular, ficariam confinadas (...) aos ‘subúrbios do pensamento’” (SVAMPA, 2016, p. 15).

³² “Os aborígenes eram numerosos em certas regiões da América, muito mais daqueles que sobreviveram ao final do período colonial. Se estima que antes da conquista duplicavam ou triplicavam o total dos povoadores – bancos, negros e mestiços – que habitavam o continente ao começar o século XIX. Ainda que os cálculos sejam controversos, algumas pesquisas indicam que o conjunto de povos originários teria somados mais de 50 ou 70 milhões de pessoas” (CHUMBITA, 2010, p. 15).

³³ “No variado espectro dos povos americanos no fim do século XV de nossa era, se podem distinguir três níveis principais de organização: 1) estados imperiais fundamentados em uma economia excedentária; 2) sociedade de agricultura de subsistência; e 3) tribos de caçadores-recolhedores não sedentários. [...] O Estado se atribuía o domínio eminente do território, reservava prédios e outorgava a egrégios dignitários, porém, geralmente respeitava as possessões tradicionais das comunidades. Era excepcional ou marginal a escravidão. Diferente das formas de controle da produção e apropriação dos recursos naturais e humanos que detinham os amos escravistas e os senhores feudais europeus, as camadas superiores destes impérios exerciam direitos limitados sobre a terra e os trabalhadores. Eram, mais nitidamente no modelo incaico, agentes do soberano. A característica distintiva do sistema radicava na combinação de uma forte autoridade central com um grau importante de autonomia das comunidades locais” (CHUMBITA, 2010, pp. 16-17).

³⁴ “Os estudos sobre os *quechuas* e *aymaras* explicam que estas sociedades tinham como núcleo organizativo o *ayllu*, que entre outras coisas significa comunidade, linhagem, parentesco com um antepassado comum, real ou suposto. Os *ayllus*, em sua configuração original, eram unidades sociais segmentadas, cada uma em duas parcialidades, que representavam partes complementares como direita e esquerda ou acima e abaixo. As *markas* são unidades maiores que contém *ayllus*” (Ospina, 2009, p. 108). De acordo com Alberto Acosta, os *ayllus* “são bastante mais democráticos que os processos da democracia representativa desenvolvidos a partir da institucionalidade estatal” (ACOSTA, 2015, p. 171).

“As comunidades repousam sobre a propriedade comum das terras em que vivem e cultivam e conservam, por meio de pactos e laços de consanguinidade que unem entre si as diversas famílias que formam o *ayllu*. (...). Cada família possui um pedaço de terra, porém não pode vender porque não lhe pertence: é da comunidade” (MARIATEGUI, 2010, p. 99).

³⁵ *Mink'a*, da língua quéchua e aimará, significa atividade reciprocamente realizada cujo beneficiário paga com trabalho igual. Dicionário Quechua-Aymara. Disponível em: www.katari.org. Acesso em: 21 jun. 2017.

civilizações anteriores ao advento do colonialismo ibérico. Não esquecendo que, na história do lado de cá do continente, do lado do oceano Atlântico, no espaço territorial denominado Brasil, as experiências *quilombolas*³⁶ no passado e no presente são representativas de um processo organizacional coletivo, comunitário, à semelhança da República Guarani³⁷ ou dos povos das reduções jesuítas,³⁸ para citar alguns exemplos.

O advérbio *como* será fundamental às considerações finais deste estudo introdutório, e, por que não, exploratório. Introdutório pela pequenez do texto em virtude da prodigalidade do tema; exploratório uma vez que desejamos ensejar o debate sem que sejamos alcunhados, pejorativamente, de bolivarianos, chavistas ou qualquer outro adjetivo próprio de nossa Latino-América.

Como proceder para evitar que o processo de subalternidade continue a prevalecer no nosso pensar e agir gerencial? Sem esgotar a possibilidade, vários seriam os pensadores do Abya Yala que poderíamos identificar como promotores de um pensamento próximo a se esquivar da subalternidade. É possível que uma das primeiras respostas ao advérbio *como* tenha sido dada por José Martí (1853-1895):

24

“Porém, não só na existência das comunidades se revela o espírito coletivista do indígena. O costume secular da ‘mink’a’ subsiste nos territórios do Peru, da Bolívia, do Equador e Chile (...)” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 99).

³⁶ *Quilombolas* “são os atuais habitantes de comunidades negras rurais formadas por descendentes de africanos escravizados, (...) cuja identidade étnica – ou seja, ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos, religiosos e culturais – os distingue do restante da sociedade. (...) São comunidades que desenvolveram processos de resistência para manter e reproduzir seu modo de vida característico em um determinado lugar”. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: basilio.fundaj.gov.br. Acesso em: 21 jun. 2017.

³⁷ “A etnia guarani ocupava, além do Paraguai, grande parte da América do Sul, entre os confins do Equador e o rio da Prata, quase todo o Brasil, onde foi dizimada pelos portugueses. Ocupavam também as províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios. Costuma-se dizer que o Paraguai é a pátria dos guaranis. Mas a palavra Paraguai, no século XVI, designava toda a bacia dos três grandes rios que convergem para o estuário do Prata. Quando se fala da ‘República dos jesuítas no Paraguai’, a expressão pode induzir ao erro, uma vez que a maior parte da República Guarani situava-se no território do Paraguai atual” (LUGON, 2010, p. 21).

³⁸ “Acredita-se que o nome *reduções*, dado às comunidades da República Guarani, veio do fato de que lhes foi ‘reduzido’ o convívio com o mundo colonial. De fato, em todas as colônias espanholas, os agrupamentos indígenas que tinham renunciado à vida nômade formavam ‘reduções’: eles haviam sido levados ou ‘reduzidos’ a viver segundo a lei, *adeccelesiam et vitam civilem reducti*. [A outra interpretação é que o termo reduzir, neste caso, significava ‘reconduzir’ ao rebanho do Senhor, estancar o nomadismo através da catequese e da atividade coletiva [N.T.]]” (LUGON, 2010, p. 25). (Itálicos no original).

[O] bom governante na América não é o que sabe como se governam o alemão e o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país, e como pode guiá-los conjuntamente para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejado, onde cada homem se conhece e cumpre sua função, e todos desfrutam da abundância que a Natureza colocou para todos no povo que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo deve nascer do país. O espírito do governo deve ser o do país. A forma de governo deverá concordar com a constituição própria do país (MARTÍ, 1983, p. 2).

A leitura de José Martí não deve se ater apenas à referência de como os governantes de turno de cada país do Abya Yala deverão atuar em consonância com a realidade de seus países e pelo norte definido por suas cartas magnas. Tanto o setor público não estatal como o setor privado também deveriam ser cômicos dos fatos reais de seus respectivos países. Lamentavelmente tem sido recorrente nos países latino-americanos, desde os movimentos independentistas, sem exceção, a não prática republicana e o não atendimento aos interesses gerais de suas populações, pois a atenção é dada aos interesses das oligarquias. Como consequência, as práticas gerenciais reproduzem o comportamento oligárquico no cotidiano das organizações por meio de processos tecnoburocráticos aquém da perspectiva republicana, do bem comum, do bem viver.³⁹

25

Por sua vez, o autor do pensamento crítico latino-americano que, de certa maneira, mais converge com o pensamento martiniano seria Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) por meio do seu notável livro *A redução sociológica*,⁴⁰ no qual estabeleceu dois postulados centrais: a “Lei do Comprometimento. Esta lei pode ser enunciada do seguinte modo: *Nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto*” (RAMOS, 1965, p. 112) (itálico do autor), e a “Lei do Caráter

³⁹ Bem viver, “também interpretado como *sumak kawsay* (kíchua), *suma qamaña* (aymara) ou *nhandereko* (guarani) [é] uma oportunidade para construir uma nova forma de vida. (...) O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza” (ACOSTA, 2015, p. 23).

⁴⁰ Guerreiro Ramos desenvolve sete características do significado de redução sociológica. Aqui apontaremos apenas a sexta característica: “*É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira*. A redução sociológica não implica isolacionismo, nem exaltação romântica do local, regional ou nacional. É, ao contrário, dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional. Não pretende opor-se à prática de transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade” (RAMOS, 1965, pp. 83-84). (Itálicos do autor).

Subsidiário da Produção Científica Estrangeira. Esta lei pode ser enunciada do seguinte modo: *À luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária*” (RAMOS, 1965, p. 120) (itálico do autor). Ambos postulados compaginam diretamente com a nossa pretensão aqui exposta não só de um compromisso, como uma obrigação, de modificar a nossa realidade como, também, considerar o conhecimento forâneo como subsídio, auxiliar, da análise dessa realidade.

[3] Na taxonomia das áreas de conhecimento, a Administração tem sido classificada como ciência social aplicada.⁴¹ Durante o seu processo de busca de legitimidade enquanto conhecimento sistematizado, a Administração se aproxima mais de definições de caráter universal que particular. Ou seja, pretende-se que suas proposições de racionalização em busca de uma melhor produtividade sejam adequadas aqui e alhures. Por que aqui e alhures? Porque geralmente as proposições para uma melhor funcionalidade dos países ditos periféricos, têm origem nos mencionados países centrais, acreditando-se, assim, na universalização do conhecimento. Dado que o avanço científico-tecnológico é, de forma prevalecente, produzido nos países desenvolvidos, cabe aos que não estão nessa categoria incorporar, via processos de modernização, tais avanços, desconsiderando frequentemente suas características de proporcionalidade e até de identidade cultural. Por sua vez, à semelhança das ciências naturais e a despeito das contradições de seus objetos de estudo, as ciências sociais, desde o início da idade moderna, procuraram justificar-se como saber aplicável,⁴² mas somente no século XIX, com a criação de diferentes disciplinas e reconhecimento no meio universitário da época, as ciências sociais fizeram parte do intento de “obter e impulsar o conhecimento ‘objetivo’ da ‘realidade’ com base em descobrimentos empíricos (o contrário da ‘especulação’). Se intentava ‘aprender’ a verdade, não inventá-la nem intuí-la” (WALLERSTEIN, 2006, p. 16).

⁴¹ Assim o faz, no caso do Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação.

⁴² “A ciência social é uma empresa do mundo moderno; suas raízes se encontram no intento, plenamente desenvolvido desde o século XVI e que é parte inseparável da construção de nosso mundo moderno, por desenvolver um conhecimento secular sistemático sobre a realidade que tenha algum tipo de validação empírica” (WALLERSTEIN, 2006, p. 4).

Acompanhando o “Relatório da Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais”, ver Wallerstein (2006), após a Segunda Grande Guerra passou a ser proclamada pelas ciências sociais uma proposição de orientação nomotética,⁴³ por meio da teoria da modernização (e a Administração engajou-se nessa proposição), que tinha como tese central a noção de que existe um só “caminho modernizante para todas as nações/povos/áreas [o que] em termos de políticas públicas foi traduzido em uma preocupação mundial pelo ‘desenvolvimento’, termo definido pelo processo pelo qual um país avança pelo caminho universal da modernização” (WALLERSTEIN, 2006, p. 44). Porém, em 1967, Guerreiro Ramos, em *Teoria N* e *Teoria P*, contestava a tese de que existira um só caminho para a modernização dos países denominados periféricos. Ainda que longos, vale a pena reproduzir dois parágrafos do artigo de Guerreiro Ramos denominado “A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade”:

O pressuposto principal da Teoria N, no que tange a modernização, é que existe uma lei de necessidade histórica que compele toda sociedade a procurar alcançar o estágio em que se encontram as chamadas sociedades desenvolvidas ou modernizadas. Essas sociedades representam, para as chamadas sociedades ‘em desenvolvimento’, a imagem do futuro destas. [...]

A Teoria P, por outro lado, apresenta duas características principais, relativamente à modernização: 1) pressupõe que a ‘modernidade’ não está localizada em qualquer lugar do mundo precisamente; que o processo de modernização não se deve orientar segundo qualquer arquétipo platônico; e 2) sustenta que toda nação, qualquer que seja sua configuração presente, terá sempre possibilidades próprias de modernização, cuja efetivação pode ser perturbada pela sobreposição de um modelo normativo rígido, alheio àquelas possibilidades (RAMOS, 1983, p. 2).⁴⁴

Apesar das reações contrárias ao caminho modernizante que substanciava as ciências sociais desde o modelo das ciências naturais, o processo nomotético continuou – como no caso

⁴³ “[A]djetivo 1 relativo à elaboração de leis; legislativo. 2 diz-se de método ou disciplina que formula ou trata de leis gerais para o entendimento de um determinado evento, circunstância ou objeto” (Houaiss...).

⁴⁴ As possibilidades próprias de modernização podem ser explicadas por meio da tese de Bolívar Echeverría: “Se existe então uma *peculiaridade* da cultura latino-americana, ela se deve, em minha opinião, formalmente, a estratégia da mestiçagem e, em que respeita ao conteúdo, a convivência ou presença simultânea dos distintos tipos de modernidade que foram aparecendo ao longo da história da América Latina” (ECHEVERRÍA, 2006, p. 199).

dos anos 1970, da hegemonia da chamada abordagem comportamental⁴⁵ – a seguir a partir do enfoque sistêmico, e, já nos anos 1980, para não nos alongarmos, da gestão pela qualidade de concepção nipônica, porém mestiça, uma vez que tal concepção incorporou os tempos e movimentos estadunidenses. Não obstante essa idealização de que leis gerais, ou princípios gerenciais originados em contextos desenvolvidos, serviam de referência ao rumo a ser tomado pelos países em desenvolvimento e, como consequência, pelos agentes econômicos e públicos desses territórios, corria-se risco com esse universalismo. Por quê?

Porque à diferença do mundo natural definido pelas ciências naturais, o domínio das ciências sociais não só é um domínio em que o objeto de estudo inclui os próprios pesquisadores, [assessores, consultores, tomadores de decisão etc.], mas é um domínio em que as pessoas estudadas [consumidores, trabalhadores etc.] podem dialogar ou discutir de diversas maneiras com esses pesquisadores [etc.] (WALLERSTEIN, 2006, p. 55).

Diante disso, ocorre o impasse: colonização *versus* descolonização, universalismo *versus* particularismo. Não cabe dúvida, o processo de colonização contemporaneamente não ocorre da maneira como predominou até os anos 1970, pois hoje continua a ocorrer não mais exclusivamente pela *manus militaris*, mas por meio de diferentes manifestações fomentadas pela indústria cultural adicionada das tecnologias da informação, e, principalmente, se verifica na educação como um instrumento do sistema de colonização epistêmica eurocêntrico. Não vacilemos, processos de descolonização têm ocorrido no transcurso dos últimos anos, notadamente aqueles provenientes de manifestações autóctones ou de reposição cultural dos povos originários: proposições como o *Suma Kawsay* nos territórios andinos; resistência cultural de afrodescendentes em territórios colonizados sob a perspectiva eurocêntrica; resistência contra hegemonias regionais dentro de estados-nações. São diversas as proposições de resistência que permeiam a sociedade contemporânea. No entanto, universalismo *versus* particularismo é uma questão que deve fazer parte do processo de compreensão das ciências sociais, notadamente daquelas conhecidas como ciências sociais aplicadas. É o caso da Administração?

⁴⁵ Ver livro de Alberto Guerreiro Ramos *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

Por ser uma ciência social de orientação nomotética, a Administração procura nutrir as organizações ou os sistemas sociais organizados de conteúdos que promovam a eficiência ou produtividade desses sistemas. Por conta disso, é um conhecimento cujo princípio básico é estar *in* com todos aqueles métodos que promovam utilitárias racionalidades, ou melhor, conseguir o melhor desempenho com o mínimo de imprecisão e/ou custos no atendimento dos objetivos planejados. Consequência: todos aqueles métodos com características universalistas lhe são propícios desde que atendam ao melhor desempenho das organizações, principalmente os lucros nos sistemas empresariais privados. No entanto, o universalismo pode ser uma forma dissimulada de particularismo, de paroquialismo,⁴⁶ daí a necessidade de identificar as contradições que lhe são inerentes, as ameaças nele originadas. Toda proposição sob a taxonomia universalista procura caracterizar-se como uma verdade global. Lembra-se da gestão pela qualidade total, reengenharia e que tais (sic)? Porém, toda verdade é histórica, e qualquer método que objetive alcançar melhores resultados de forma eficiente e/ou produtiva é circunstancial, surge ao sabor do progresso tecnológico e dos efeitos econômico-financeiros resultantes. Não brota de consciências reflexivas. Surge, então, uma questão: “como abrir as ciências sociais de maneira que possam responder adequada e plenamente às objeções legítimas contra o paroquialismo e assim justificar sua afirmação de validade universal ou aplicabilidade universal” (WALLERSTEIN, 2006, p. 65). O próprio autor responde: “Somente um universalismo pluralista nos permitirá captar a riqueza das realidades sociais na qual vivemos e temos vivido” (WALLERSTEIN, 2006, p. 66). Como alcançar esse universalismo pluralista, ou melhor, como abrir as ciências sociais?

Abrir as ciências sociais não significa eliminar a divisão de trabalho nas ciências sociais, pois as “disciplinas cumprem uma função, a função de disciplinar as mentes e canalizar a energia dos estudiosos” (WALLERSTEIN, 2006, p. 103). O que temos que perceber é a validade dessa divisão de trabalho à medida que tal processo tende a excluir a realidade da cosmovisão de mundo, uma vez que a taxonomia nas ciências sociais foi fundamentada em

⁴⁶ “[S]ubstantivo masculino 1 qualidade, caráter ou condição de paroquial 2 tendência a limitar interesses, atividades, pensamentos, opiniões etc. a uma esfera puramente local, sem atenção a fatores externos ou mais amplos” (HOUAISS, 2001, p. 2137).

antinomias: passado e presente, conhecimento ideográfico⁴⁷ e nomotético, mundo civilizado e mundo selvagem. Possivelmente, a interdisciplinaridade,⁴⁸ como base epistêmica da interação de saberes, contribuiria para abrir as ciências sociais⁴⁹ na medida em que:

[pesquisar a história] não é propriedade exclusiva das pessoas chamadas historiadores, é uma obrigação de todo cientista social. Ser sociólogo não é propriedade exclusiva de certas pessoas chamadas sociólogos mas sim uma obrigação de todo cientista social. Os problemas econômicos não são propriedade exclusiva dos economistas, as questões econômicas são centrais para qualquer análise científica-social, [ineficiência organizacional ou produtiva, por exemplo, não são atividades restritas a graduados em Administração como deseja o corporativismo profissional dessa e de outras áreas de conhecimento vinculadas às ciências sociais] (WALLERSTEIN, 2006, p. 106).

[4] Antes de chegarmos às considerações finais, retornemos ao [1] movimento sobre a descolonização. Para tanto, abordaremos também Maristella Svampa em *Debates latino-americanos*, um texto seminal na medida em que a autora discute problemas e conceitos centrais que dominam a cultura acadêmica do continente Abya Yala praticamente desde que ele foi encoberto. Temas como indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo são exemplos do que trata o livro de Svampa. Aqui não vamos reproduzir todas estas temáticas, apenas o que diz respeito à interpretação da autora sobre os significados de descolonização. Retornamos à Svampa apenas no que se refere à produção acadêmica latino-americana, pois, especificamente no campo das ciências sociais, ela seria uma produção localizada sem qualidade de teorias gerais.⁵⁰

⁴⁷ “[A]djetivo 1 relativo a ideografia 2 que representa ideias pictórica ou graficamente (diz-se de escrita ou alfabeto)” (HOUAISS, 2001, p. 1565).

⁴⁸ “[A] interdisciplinaridade aparece como o instrumento e a expressão de uma crítica interna do saber, como um meio de superar o isolacionismo das disciplinas, como uma maneira de abandonar a pseudo-ideologia da independência de cada disciplina relativamente a outros domínios da atividade humana e aos diversos setores do próprio saber; do outro, como uma modalidade inovadora de adequar as atividades de ensino e pesquisa às necessidades sócio-profissionais, bem como superar o fosso que ainda separa a universidade da sociedade” (JAPIASSU, 1976, p. 57).

⁴⁹ Abertura que estaria também assentada na transdisciplinaridade por meio do art. 5º do *Manifesto da Transdisciplinaridade*, que diz: “A visão transdisciplinar é decididamente aberta na medida em que ultrapassa o domínio das ciências exatas por seu diálogo e sua reconciliação, não só com as ciências humanas, mas com a filosofia, a arte, a literatura e a poesia” (JAPIASSU, 2006, p. 82).

⁵⁰ Aqui, não só por razões de espaço não recorreremos a todos os autores que foram referência à Maristella Svampa, mas porque selecionamos aquelas referências que mais se aproximam de nossa interpretação, uma vez também que o conjunto da obra de Svampa foi desenvolvido ao longo de 563 páginas.

[...] longe de serem gerais ou teorias com pretensão de universalidade, ficariam encapsuladas no específico, no particular, um discurso sobre e desde as margens, marcados pela cor local, pela obsessão da identidade e estudo de caso. As ciências sociais latino-americanas, e especialmente aquelas correntes ou perspectivas ligadas ao pensamento popular, ficariam confinadas, como afirma Alcira Argumedo, ‘aos subúrbios do pensamento, onde se processam ecletismos viscosos e irrelevantes’ (2009, p. 10)⁵¹ (SVAMPA, 2016, p. 14-15).

A seguir, Maristella Svampa tece comentários a respeito das diferentes interpretações que distintos autores fazem do estado da arte do pensamento latino-americano. Por exemplo, ao analisar o livro de Marcos Roitman Rosenmann, *Pensar América Latina*,⁵² a autora destaca aquilo que Nelson Rodrigues tão bem tipificou como comportamento do brasileiro: complexo de vira-lata,⁵³ antecipando aquilo que Rosenmann vai comentar com respeito aos latino-americanos: por nos definirmos de forma negativa. E este sentimento de inferioridade, subalternidade, está muitas vezes relacionado à frustração de não sermos europeus ou norte-americanos, uma maldição pela qual não teríamos alcançado a modernidade. “Existiria assim uma vocação eurocêntrica por nos lermos no espelho de uma Europa [Estados Unidos da América] plena e, a partir disto, concluir que o nosso, o mais característico, o específico da América Latina, é o seu déficit, sua insuficiência, sua incompletude” (SVAMPA, 2016, p. 15).⁵⁴

Ainda de acordo com Maristella Svampa, pelo menos três correntes de pensamento crítico latino-americano estudam o fenômeno de nossa “incompletude”, de nossa dependência epistêmica aos ditos países centrais. Haveria uma corrente cujo curso de pensamento trabalha

⁵¹ ARGUMEDO, Alcira. *Los silencios y las voces en América Latina. Notas sobre el pensamiento nacional y popular*. Buenos Aires: Ediciones de Pensamiento Nacional, 2009.

⁵² ROSENMAN, Marcos Roitmann. *Pensar América Latina. El desarrollo de la sociología latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar. Acesso em 6 jan. 2017.

⁵³ Nelson Rodrigues: “Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol”. Disponível em: http://www.releituras.com/nelsonr_viralatas.asp. Acesso em: 6 jan. 2017.

⁵⁴ Walter Mignolo, ao responder a uma pergunta de Catherine Walsh sobre o conceito de geopolítica do conhecimento em relação à América Latina, diz: “Meu argumento, (...), é que ‘América Latina’ é uma consequência e não um produto da geopolítica do conhecimento, isto é, do conhecimento geopolítico fabricado e imposto pela ‘modernidade’, em sua auto definição como modernidade. Neste sentido, ‘América Latina’ se foi fabricando como algo deslocado da modernidade, um deslocamento assumido pelos intelectuais e estadistas latino-americanos que se esforçaram a ser ‘modernos’ como se a ‘modernidade’ fosse um ponto de chegada e não a justificação da colonialidade do poder” (WALSH, 2002, p. 18).

sob a perspectiva da subalternidade ou do pós-colonialismo;⁵⁵ a segunda corrente apontada por Svampa, (de)colonial, procura fazer uma interpretação epistêmica da nossa “insuficiência” e aponta a necessidade de conhecermos pensadores clássicos e contemporâneos da América Latina para que melhor possamos entender e ampliar a leitura do Abya Yala – aqui identificaremos, entre outros, e por ordem alfabética, alguns desses pensadores: Alberto Guerreiro Ramos, Aníbal Quijano, Bolívar Echeverría, Catherine Walsh, Darcy Ribeiro, Enrique Dussel, José Carlos Mariátegui, José Martí e Walter Mignolo;⁵⁶ a terceira linha de pensamento seria aquela desenvolvida por Boaventura de Souza Santos, denominada epistemologia do sul.⁵⁷

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações não se revestem de caráter conclusivo, uma vez que estes prolegômenos objetivam ser um estudo mais ambicioso, e por que não pretensioso, sendo provocativos, a favor, contra e muito pelo contrário. Embora tenhamos titulado este texto com uma pergunta cuja qualificação para muitos é blasfematória, seus autores não a percebem assim,

32

⁵⁵ Perspectiva que “questionou os paradigmas nacional ou nacionalista e marxista, assim como enfocou a necessidade de pensar o subalterno como tal, como algo irreduzível cuja voz não podemos nos apropriar nem conhecer em sua totalidade, em um marco no qual, ademais, as identidades são sempre migrantes e cambiantes” (SVAMPA, 2016, pp. 17-18).

⁵⁶ Perspectiva inicialmente desenvolvida por Aníbal Quijano por meio da categoria *colonialidade do poder*, posteriormente denominada por Edgardo Lander *colonialidade do saber*: “nossas ciências sociais naturalizaram os conceitos e as categorias das ciências sociais que se apregoaram com a expansão do colonialismo. Mais ainda, esta naturalização das diferentes dimensões da modernidade tem como piso a derrota de nossas culturas tradicionais e das culturas populares ou plebeias e o triunfo de uma nova realidade (capitalista), que organizou o tempo e os territórios da maneira diferente. (...) e, portanto, também, a naturalização da superioridade de alguns saberes sobre outros. Este processo de naturalização foi acentuado com a profissionalização das ciências sociais” (SVAMPA, 2016, pp. 18-19).

O livro de Edgardo Lander a qual faz referência Svampa é: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

⁵⁷ Sob a ótica de Boaventura de Souza Santos, “a epistemologia do sul aponta a busca de conhecimento e de critérios de validade do conhecimento que outorguem visibilidade e credibilidade as práticas cognitivas das classes, dos povos e dos grupos sociais que têm sido historicamente vitimados, explorados e oprimidos pelo colonialismo e pelo capitalismo” (citado em Svampa, 2016, p. 19). O livro em referência é: SANTOS, Boaventura de Souza. *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del sur*. Quito (Equador): Ediciones Abya-Yala, 2010.

já que, como mencionado, entendem que ambos os movimentos, bolivarianismo e chavismo, tiveram a sua cabível importância na história do nosso continente. Se por um lado ambas as expressões podem soar provocativas, por outro, e no caso específico dos autores deste texto, a intenção foi pôr em pauta uma discussão que pouco tangencia os estudos da Administração como área de conhecimento ou ciência social aplicada. Talvez justamente por ser alcunhada de aplicável, embora todo saber sistematizado possa sê-lo, a Administração figura muito mais como um “meio”, um instrumento de outros conhecimentos do que como uma ciência potencialmente capaz de pensar de forma transcendental.

Aliás, não é necessário atuar transcendentalmente, basta que agregue, ou abra o seu saber a outros saberes, melhor dizendo, que seus conhecimentos interajam com outros de modo a serem capazes de potencializar os resultados em prol da sociedade, e não exclusivamente, como em grande parte acontece, do mercado ou de interesses que não são republicanos. Como meio, a Administração tem sido mais aliada de outros meios instrumentais e hegemônicos – como a tecnologia da informação, por exemplo – do que próxima a conhecimentos reflexivos que veem o outro não como um recurso, mas como um sujeito da ação. Assim, aproximar a Administração de saberes autóctones, dos povos originários do Abya Yala, e não exclusivamente alóctones de povos euro-norte-americanos, é reconhecer uma história que pode subverter a maneira a-histórica como temos administrado o nosso continente. É saber discutir a sustentabilidade gerencial segundo supostos de experiências que tinham o coletivo, a comunidade, como meio decisório; é não sermos subalternos a processos decisórios excludentes em um continente carente de inclusão, de justiça social.

Utopia, sim. Mas sem meta-narrativas referenciais às contradições do modo como a sociedade é administrada, bem como o são suas organizações, que fazem com que sistemas multinacionais substituam o nacional de acordo com os seus interesses. Que reconhecem o trabalhador não como um ser social, e sim como um ser mineral, um recurso que deve ser processado como parte do conjunto das matérias-primas e/ou dados da produção. São as utopias, originadas de pensamentos críticos, que nos permitem conhecer as distopias da sociedade, possibilitando discutir possibilidades e não necessidades, independência e não

subordinação cultural. Enfim, duas questões podem conduzir de imediato a conclusão do presente texto: a) manutenção da colonização ou b) diálogo com todos os saberes? Os leitores já devem ter percebido que a primeira opção não é a que aqui defendemos, embora possa ser a opção da maioria. Apesar de compartilharmos a segunda opção, concluimos o presente texto com a advertência de Bolívar Echeverría:

Agora bem, a disposição ao diálogo, esta dimensão indispensável do pensar por si mesmo, não deve confundir-se, como deve acontecer com muita frequência no mundo da alta cultura latino-americana, com a submissão colonial, com o abandono dessa capacidade de pensar por si mesmo e a afiliação passiva a certas ideias adotadas, ‘importadas’ de outras circunstâncias discursivas, que a pessoa não compartiu e das quais se encontra excluído por definição. Dois vícios seriam (...) os principais veículos dessa submissão colonial: por um lado o ‘fervor sucursaleiro’ e, por outro, o ‘afã de novidades’ (ECHEVERRÍA, 2006, p. 189-190).

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2015.
- ALCADIPANI, Rafael e ROSA, Alexandre Reis. “Pós-colonialismo” In: **RAE** Vol. 51, N. 6, nov-dez, 2011.
- ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis/Canal 6, 2009.
- BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRENNAN, Timothy. “Apuestas subalternas”. In: **New Left Review**. Quito (Equador): IAEN/NLR, n. 89, nov./dez. 2014, pp. 74-96.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Instituto Pensar, 2007.
- CHUMBITA, Hugo. **Historia política de las Américas**: de los orígenes a la emancipación. San Justo: Univercidad Nacional de la Matanza, 2010.
- DEBRAY, Régis. “¿La decadencia de occidente?” **New Left Review**. Quito (Equador): IAEN/NLR, n. 80, maio/jun. 2013, pp. 31-48.
- Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa.
- Dicionário Quechua-Aymara. Disponível em: www.katari.org. Acesso em: 21 jun. 2017.

- DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. **Vuelta de siglo**. México, DF: Ediciones Era, 2006.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. **La contradicción del valor y el valor de uso en El Capital de Karl Marx**. México: Ítaca, 1998.
- ESTERMANN, Josef. **Más allá de occidente**: apuntes filosóficos sobre interculturalidad, descolonización y el Vivir Bien andino. Quito (Ecuador): Ediciones Abya Yala, 2015.
- Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: basilio.fundaj.gov.br. Acesso em: 21 jun. 2017.
- GARRETÓN, Manuel Antonio (Org.). **América Latina en el siglo XXI**: hacia una nueva matriz sociopolítica. Santiago: LOM Editores, 2004.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JAPIASSU, Hilton. **O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **La tarea americana**. Buenos Aires: Prometeo Libros/ Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2010.
- MIGNOLO, Walter D. “Postocidentalismo: el argumento desde América-Latina”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo. **Teorías sin disciplina** (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. Disponível em: <http://ensayo.rom.uga.edu/critica/teoria/castro/>. Acesso em: 8 dez. 2016.
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUGON, Clovis. **A República Guarani**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARTÍ, José. “Nossa América”. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/marti/marti.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- NASSER, Reginaldo. **Especial Caros Amigos**, São Paulo, ano XIX, n. 82, set. 2016.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 16 dez. 2016.

OSPINA, Pablo et al. (Orgs.). **Los andes en movimiento**: identidad y poder en el nuevo paisaje político. Quito (Ecuador): Universidad Andina Simón Bolívar/Universidad de Bielefeld/Corporación Editora Nacional, 2009.

PIKETTY, Thomas. “La dinámica de la desigualdad” (Entrevista). In: **New Left Review**. Quito (Ecuador): IAEN/NLR, n. 85, mar./abr. 2014, pp. 114-121.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “A modernização em uma nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade”. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RAP, v. 17, n. 1, 1983, pp. 1-27.

RIBEIRO, Darcy. **Ensaio insólitos**. São Paulo: Global Editora, 2015.

SAFATLE, Vladimir. “O que resta da universidade?” In: Cult São Paulo: Revista Brasileira de Cultura, n. 227, a. 20, setembro 2017, pp.52-55.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SVAMPA, Maristella. **Debates latino-americanos**. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. “A hegemonia americana em estudos organizacionais”. In: **RAP** 35(2), 2001, p. 63-77;

WALLERSTEIN, Immanuel. **Abrir las ciencias sociales**. 2. ed. México: Siglo XXI Editores, 2006.

WALSH, Catherine. “Las geopolíticas de conocimiento y colonialidad del poder”. In: WALSH, Catherine et al. (Orgs). **Indisciplinar las ciencias sociales**. Quito (Ecuador): UASB/Ediciones Abya-Yala, 2002.

Submetido em: 22/05/2020

Aprovado em: 10/07/2020